Bancos temem elevação do custo dos empréstimos para a exportação

por Reginaldo Heller
do Rio

Os bancos brasileiros com carteiras de câmbio não foram consultados, nem informados, e sequer concordam, com o aval do Banco Central a todas as linhas de crédito comercial (projeto 3) e interbancário (projeto 4), negociadas no pacote financeiro da fase 2 das renegociações da dívida externa. Supreendidos com a veiculação da notícia, um grande número de diretores de câmbio de bancos cariocas já procuraram colher informações mais detalhadas junto às suas filiais nos Estados Unidos ou junto aos bancos representantes no exterior.

Como explicou a este jornal um destes diretores para a área internacional, o aval "imposto" pelos credores e aceito pelo Banco Central apenas deverá onerar o crédito às exportações e as operações interbancárias no estrangeiro. Estas últimas, certamente, às custa dos próprios bancos; as primeiras, certamente, a serem repassadas aos exportadores.

Um banqueiro carioca chegou, mesmo, a reclamar veementemente: "Nós não temos necessidade de aval no estrangeiro", indicando o nível de credibilidade do banco que representa junto à comunidade

de financeira internacional. Outros banqueiros consultados alegam que a sistemática operacional complexa acertada para os créditos de curto prazo — comerciais e interbancários — reflete a preocupação do governo em manter um mínimo de liquidez externa, e, desta forma, parece cada vez mais difícil a revogação pura e simples da Resolução nº 851, que centralizou todas as operações de câmbio no Banco Central.

PETROBRÁS E BANCO DO BRASIL

Finalmente, os mesmos banqueiros não estranharam a virtual exclusão da Petrobrás e do Banco do Brasil da necessidade de aval do Banco Central nas suas operações incluídas nos projetos 3 e 4. Explicam eles que são duas empresas que, por si sós, oferecem garantias suficientes ao mercado financeiro internacional. Além disso, a Petrobrás, por exemplo, sozinha, representa quase 50% das linhas de crédito comercial, descontando aceites contra operações de importação de petróleo, enquanto o Banco do Brasil, também, representa quase 50% do total de créditos interbancários. A inclusão destas duas empresas apenas oneraria as despesas com os avais.